

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.2025

ATIVO	Nota	2025	2024	PASSIVO	Nota	2025	2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.066.343	18.276.183	Fornecedores e prestadores de serviços	21	2.035.125	347.085
Adiantamentos	5	107.517	97.231	Convênios e transferências	22	885.811	-
Prestações a receber	8	5.647.488	5.647.488	Impostos, Contribuições e Consignações a recolher	23	3.010.550	2.342.468
Impostos a recuperar	12	4.757.701	5.379.606	Obrigações relativas a empregados	24	4.836	3.897
Estoques	13	55.196	85.709	Prêmios de seguros a pagar	25	1.851.399	1.851.399
Contas a Receber de Clientes	14	2.374.427	519.150	Parcelamentos de natureza não tributária	26	41.892	544.589
Valores devedores transitórios	16	103.621	103.771	Créditos a repassar	16	2.723.240	102.875
Despesas antecipadas	17	9.284	40.139	FCVS a recolher		1.482.450	1.482.450
Outros realizáveis a curto prazo		97.396	98.321	Obrigações por gestão de créditos		1.539.759	1.539.759
				Valores credores transitórios	27	10.513.453	6.013.453
				Outros exigíveis a curto prazo	28	144.663	228.828
Total do ativo circulante		34.218.973	30.247.598	Total do passivo circulante		24.233.178	14.456.804
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Devedores por vendas compromissadas		14.434.612	14.434.612	Depósitos judiciais		387.529	387.529
Títulos, valores mobiliários e depósitos	18	3.010.405	3.576.112	Provisões de natureza cível e trabalhista		2.003.470	2.003.470
Movimentação de seguros - SFH	6	5.016.254	5.016.254	Contribuições ao FCVS e SFH		3.762.456	3.762.456
Movimentação de Contribuições ao FCVS	7	2.046.876	2.046.876	Obrigações c/fornecedores e credores		10.886.097	10.886.097
Créditos com FGTS e Seguradoras	9	1.516.904	1.516.904	Obrigações trabalhistas provisionadas	28	5.745.138	7.210.450
Devedores por Repasse de Convênios	15	1.601.771	1.601.771	Outros valores exigíveis a longo prazo		209.885	209.885
Devedores por créditos repassados		4.574	4.574	Total do passivo não circulante		22.994.574	24.459.886
FCVS a receber	10	32.434.519	32.434.519	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29		
Direitos vinculados a pessoas ligadas		1.234.644	1.234.644	Capital social	29.1	489.168.429	431.935.068
Depósitos judiciais		36.486	36.486	Reserva de reavaliação		4.117.904	4.117.904
Outros realizáveis a longo prazo		1.290.405	1.290.405	Reserva de lucro		1.009	1.009
Investimentos	20	1.787.108	239.108	Lucros ou prejuízos acumulados	29.2	-493.819.473	-435.732.747
Imobilizado	19	2.741.306	2.791.423	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	29.3	54.679.217	57.233.360

Total do ativo não circulante	67.155.864	66.223.688	Total do Patrimônio Líquido	54.147.086	57.554.595
Total do Ativo	101.374.837	96.471.286	Total do Passivo + Patrimônio Líquido	101.374.837	96.471.286

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, que soma, tanto no Ativo como no Passivo a importância de **R\$ 101.374.837,00 (cento e um milhões, trezentos e setenta e quatro mil, oitocentos e trinta e sete reais)**, cujos lançamentos foram efetuados de acordo com os processos fornecidos por todos os setores ao Departamento Contábil.

RAFAEL DE CARVALHO BORGES
.933.-06
Diretor-presidente

HENRIQUE MORAES BOGEA
.309.-82
Diretor Administrativo-Financeiro

ANÍBAL VERRI PINHEIRO
.689.-63
Diretor de Parcerias e Negócios Imobiliários

HERNAIRA HELENA DO BONFIM LOIOLA
.604.-33
Diretora de Negócios Mobiliários e Serviços

FERNANDO AUGUSTO COELHO DE ARAUJO LOUSEIRO
.675.-04
Diretor de Loterias

GLERISSON ARAUJO GOMES
.672-98
Contador

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31.12.2025

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2025	2024
Recebimento de mutuários, vendas de áreas e locações	863.696	1.197.933
Créditos por prestação de serviços e repasses a terceiros	4.743.424	2.579.157
Rendimento de aplicações e outras receitas financeiras	2.460.275	1.658.217
Ressarcimentos, indenizações e doações	1.089.810	1.009.361
Restituição de impostos	658.004	
Estornos de pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços e consignatários	203.146	
Recebimentos de cauções	-	545.000
Desbloqueios judiciais	523.697	
Recebimentos vinculados a convênios e parcerias público-privadas	8.095.154	
Pagamento de consignações, fornecedores e outros adiantamentos	(20.122.516)	(15.045.097)
Repasses a conveniados e parceiros público-privados	(5.087.442)	
Pagamento de obrigações relativas a empregados e Conselhos	(26.522.876)	(29.473.733)
Pagamento de encargos sociais, contribuições, tributos e outras dívidas tributárias	(20.213.092)	(19.714.755)
Pagamento de encargos financeiros e despesas bancárias	(76.816)	(413.862)
Devoluções de caução		(545.000)
Bloqueios judiciais	(65.311)	(18.033)
Pagamentos de processos trabalhistas	(1.481.886)	
Gastos com tributação na fonte sobre aplicações financeiras	(456.323)	
CAIXA LIQUIDO USADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (-1)	(55.389.056)	(58.220.812)
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aplicações financeiras de resgate imediato		
Participações societárias	(1.000.000)	
Aquisição de Imobilizados	-	(126.509)
Resgates automáticos de aplicações financeiras		
CAIXA LIQUIDO USADO ATIVIDADE DE INVESTIMENTO (-2)	(1.000.000)	(126.509)
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADE FINANCIAMENTO		
Outorgas de jogos lotéricos	4.500.000	
Adiantamento para futuro aumento de capital	54.679.217	57.233.360
CAIXA LIQUIDO USADO NA ATIVIDADE FINANCIAMENTO (+3)	59.179.217	57.233.360
Aumento ou (diminuição) caixa e equivalente (-1-2+3)	2.790.160	(1.113.960)
Caixa equivalente no início do período	18.276.183	19.390.144
Caixa equivalente no fim do período	21.066.343	18.276.183
Varição caixa equivalente	2.790.160	(1.113.960)

RAFAEL DE CARVALHO BORGES
.933.-06
Diretor-presidente

HENRIQUE MORAES BOGEA
.309.-82
Diretor Administrativo-Financeiro

ANÍBAL VERRI PINHEIRO
.689.-63
Diretor de Parcerias e Negócios Imobiliários

HERNAIRA HELENA DO BONFIM LOIOLA
.604.-33
Diretora de Negócios Mobiliários e Serviços

FERNANDO AUGUSTO COELHO DE ARAUJO LOUSEIRO
.675.-04
Diretor de Loterias

GLERISSON ARAUJO GOMES
.672.-98
Contador

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31.12.2025

	2025	2024
CAPITAL SOCIAL	489.168.429	431.935.068
RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE BENS	4.117.904	4.117.904
RESERVA DE LUCRO	1.009	1.009
LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	(493.819.473)	(435.732.747)
ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	54.679.217	57.233.360
TOTAL DO PL	54.147.086	57.554.595

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS (OU PREJUÍZOS) ACUMULADOS EM 31.12.2025

	2025	2024
SALDO DO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(435.732.747)	(375.675.722)
AJUSTES NO EXERCÍCIO	239.987	(840.098)
LUCROS (OU PREJUÍZOS) DO EXERCÍCIO	(58.326.713)	(59.216.927)
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO	(493.819.473)	(435.732.747)

RAFAEL DE CARVALHO BORGES
.933.-06
Diretor-presidente

HENRIQUE MORAES BOGEA
.309.-82
Diretor Administrativo-Financeiro

ANÍBAL VERRI PINHEIRO
.689.-63
Diretor de Parcerias e Negócios Imobiliários

HERNAIRA HELENA DO BONFIM LOIOLA
.604.-33
Diretora de Negócios Mobiliários e Serviços

FERNANDO AUGUSTO COELHO DE ARAUJO LOUSEIRO
.675.-04
Diretor de Loterias

GLERISSON ARAUJO GOMES
.672.-98
Contador

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31.12.2025

	NOTA	2025	2024
RECEITAS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	30	7.579.841	3.434.203
Receitas na gestão de créditos		68.907	80.436
Receitas de comercialização		653.738	980.906
Receitas de locação		141.051	136.591
Receitas de intermediação em negócios de terceiros		579.706	519.596
Receitas vinculadas a projetos de terceiros		6.136.439	1.716.674
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		177.622	198.850
Impostos s/faturamento		177.622	198.850
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		7.402.219	3.235.354
(-) CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		-	-
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		7.402.219	3.235.354
(-) DESPESAS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		857.345	850.373
Despesas na gestão de créditos			1.390
Despesas de tributação		857.345	848.983
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		6.544.873	2.384.981
(-) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	31	68.343.487	63.903.729
Despesas de pessoal		36.998.407	38.374.674
Encargos sociais		11.159.996	11.302.369
Serviços de terceiros	31.1	19.818.246	10.519.819
Despesas com materiais		77.505	104.082
Encargos diversos		289.333	3.202.785
Despesas de convênios e parcerias			-
Despesas com patrocínios			400.000
(+) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	32	2.383.459	1.244.355
Receitas financeiras		2.460.275	1.658.217
(-) Despesas financeiras		76.816	413.862
(+) OUTRAS RECETAS E DESPESAS	33	1.088.441	1.057.466
Recuperação de custos e despesas		1.088.439	1.009.361
Doações recebidas		3	48.105
(=) RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IR E CSLL		(58.326.713)	(59.216.927)
(-) PROVISÃO PARA O IR E CSLL		-	-
Provisão para o IRPJ		-	-
Provisão para a CSLL		-	-
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(58.326.713)	(59.216.927)

RECEITAS - R\$	11.128.557	6.149.886
DESPESAS - R\$	69.455.270	65.366.813

RAFAEL DE CARVALHO BORGES

.933.-06

Diretor-presidente

HENRIQUE MORAES BOGEA

.309.-82

Diretor Administrativo-Financeiro

ANÍBAL VERRI PINHEIRO

.689.-63

Diretor de Parcerias e Negócios Imobiliários

HERNAIRA HELENA DO BONFIM LOIOLA

.604.-33

Diretora de Negócios Mobiliários e Serviços

FERNANDO AUGUSTO COELHO DE ARAUJO LOUSEIRO

.675.-04

Diretor de Loterias

GLERISSON ARAUJO GOMES

.672.-98

Contador

Notas explicativas

*Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicada)*

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Maranhão Parcerias S.A. – MAPA é uma sociedade de economia mista, com sede na cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão. Vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos (SEDEPE), por meio do Decreto nº 37.577, de 18 de abril de 2022, e que tem como missão principal fomentar o desenvolvimento econômico e social sustentável do Estado do Maranhão.

Para cumprir esse propósito, a empresa atua na gestão e execução de projetos estratégicos, bem como na prestação de serviços em parceria com a iniciativa privada, promovendo a integração entre o setor público e o privado. Além disso, a MAPA é responsável por administrar os direitos e obrigações remanescentes das empresas por ela incorporadas, garantindo a continuidade e a eficiência dos processos herdados.

Guiada por valores fundamentais como ética, transparência, excelência, inovação, valorização das pessoas e responsabilidade socioambiental, a MAPA busca não apenas gerar resultados econômicos, mas também contribuir para o desenvolvimento humano e a preservação do meio ambiente. Com um compromisso sólido com a qualidade e a eficiência, a empresa posiciona-se como um agente transformador, impulsionando o crescimento do Estado do Maranhão e melhorando a qualidade de vida de sua população.

O Governo do Estado do Maranhão é o principal acionista da empresa, detendo a maior parcela do capital social e exercendo controle sobre 99,74% do total de ações. Desse percentual, 98,10% correspondem a ações ordinárias nominativas, enquanto 1,64% são ações preferenciais. O restante das ações, tanto ordinárias nominativas quanto preferenciais, está distribuído entre acionistas diversos.

Atualmente, a MAPA além de desempenhar as atividades relacionadas à antiga Companhia Habitacional do Estado do Maranhão, assume um papel estratégico na promoção de parcerias que gerem benefícios econômicos e socioambientais para a sociedade maranhense. Dentre suas iniciativas, destaca-se a atuação como Agência de Mercado, Fomento e Gestão Financeira da Política de REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) e PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) no âmbito da Estratégia Nacional para REDD+ no Estado do Maranhão. Nesse contexto, a MAPA tem como objetivo administrar e disponibilizar ativos e créditos decorrentes de serviços e produtos ambientais, além de reduzir as emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal, resultantes de programas, subprogramas, planos e projetos. Para isso, a empresa foca na criação de arranjos financeiros, econômicos e de investimentos verdes, bem como no

desenvolvimento de estratégias inovadoras para a mobilização e captação de recursos financeiros e investimentos sustentáveis.

Como Órgão responsável pela Comercialização, Mercados, Fomento e Gestão Financeira, caberá à MAPA, conduzir o arranjo financeiro do Sistema Jurisdicional de REDD+ e PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) do Estado do Maranhão. Para isso, a MAPA pautará suas ações na eficiência administrativa e nos preceitos estabelecidos pelos órgãos de controle, em conformidade com a Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e a Lei Federal nº 6.385/1976, que regulamenta o mercado de valores mobiliários. Dessa forma, a MAPA assegurará a transparência, a governança e a sustentabilidade financeira das iniciativas vinculadas ao REDD+ e ao PSA no estado.

Como instrumento transformador da economia maranhense, a MAPA recebeu do seu ente controlador a incumbência de operacionalizar o Programa Mãos à Obra, que objetiva agilizar os serviços de manutenção dos prédios públicos da rede estadual nos 217 (duzentos e dezessete) municípios do estado, que atualmente conta com mais de 3.500 (três mil e quinhentos) imóveis, onde a Secretaria de Estado de Governo (SEGOV) coordena o programa e cabe à MAPA a responsabilidade pelo credenciamento e fiscalização dos serviços prestados.

A empresa é regida pelas normas de direito privado, em estrita conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) e a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, aplicável à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Essas legislações estabelecem as diretrizes para a gestão, transparência, governança e controle dessas entidades, garantindo alinhamento com os princípios da administração pública e do setor privado.

Além disso, a MAPA S.A., opera sob as diretrizes estabelecidas em seu Estatuto Social, que define sua estrutura organizacional, objetivos e competências, e em seu Regimento Interno, que regulamenta os processos administrativos e operacionais da empresa, além de sujeitar-se a outras legislações pertinentes.

2 BASE PARA PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis vigentes no Brasil e estão alinhadas aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Erros, Mudanças nas Políticas e Estimativas Contábeis:

a) Retificação de erros relacionados a provisão de débitos inscritos em Dívida Ativa da União e Provisão de Convênio firmado entre MAPA e SEAP para a construção de bens móveis utilizados na sede da empresa.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas no Brasil estão alinhadas às políticas estabelecidas pela legislação societária brasileira, bem como aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Esses pronunciamentos são elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade, visando a harmonização dos padrões contábeis em âmbito global. Além disso, tais normas são aprovadas e regulamentadas por órgãos competentes, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que garantem sua aplicação e fiscalização no mercado brasileiro.

No âmbito da Maranhão Parcerias S.A - MAPA, essas práticas são rigorosamente aplicadas em todo o período abrangido pelas demonstrações contábeis ora apresentadas. A empresa assegura o cumprimento integral dos preceitos legais, das normativas aplicáveis e dos princípios contábeis geralmente aceitos, incluindo a observância às determinações da legislação societária, dos pronunciamentos do CPC e das normas internacionais. Esse compromisso reflete a busca constante da MAPA pela transparência, confiabilidade e precisão das informações contábeis, conforme exposto a seguir:

3.1 Moeda funcional de apresentação das demonstrações

As demonstrações financeiras da MAPA, foram elaboradas e estão apresentadas em Real, moeda funcional brasileira.

3.2 Determinação do resultado

O resultado do exercício é apurado com base no Princípio da Competência, onde receitas e despesas devem ser reconhecidas no período em que são geradas, independentemente do momento de seu recebimento ou pagamento. Além disso, quando houver correlação direta entre receitas e despesas, ambas devem ser registradas simultaneamente, garantindo que o resultado do período reflita de maneira fiel e precisa o desempenho econômico da empresa.

3.3 Continuidade

As demonstrações financeiras evidenciam que a companhia tem registrado resultados deficitários em reiterados exercícios. No entanto, esses resultados não comprometem sua continuidade operacional, uma vez que a empresa mantém condições para operar normalmente no médio e longo prazo. Ressalte-se, contudo, que a manutenção de suas atividades depende significativamente de repasses financeiros do seu ente controlador.

3.4 Caixas e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa referem-se aos instrumentos financeiros de alta liquidez, que podem ser facilmente convertidos em dinheiro para o atendimento dos compromissos da companhia. Esses recursos estão representados por valores mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras de resgate automático, ambos mensurados em moeda nacional (real brasileiro - BRL).

3.5 Estoques

Os estoques, que compreendem os bens móveis armazenados no almoxarifado da companhia, bem como os materiais de uso e consumo, são registrados pelo custo médio de aquisição. Esse método de avaliação resulta em um valor que pode variar em relação ao preço de mercado ou aos valores de realização, refletindo o custo histórico dos itens em vez de seu valor corrente.

A adoção do custo médio como critério de avaliação garante uma distribuição equilibrada dos custos ao longo do tempo, proporcionando maior consistência e transparência nos registros contábeis. seguir, apresenta-se a composição dos estoques:

- Bens móveis mantidos em almoxarifado: itens armazenados no almoxarifado, utilizados no cotidiano da empresa.
- Materiais de uso e consumo: insumos e suprimentos essenciais para o funcionamento das atividades operacionais.

3.6 Movimentação de seguros SFH

Referem-se aos valores relativos a prêmios de seguros associados aos mutuários da antiga Companhia de Habitação Popular do Estado do Maranhão (COHAB/MA), denominação anterior da Maranhão Parcerias. Atualmente, esses valores estão em fase de estudos e análises para a verificação e confirmação do montante real a ser reconhecido. A conclusão desses estudos permitirá uma visão mais clara e confiável das obrigações e dos direitos relacionados aos prêmios de seguros, contribuindo para a transparência e a conformidade com as normas contábeis e legais.

3.7 Imobilizado

Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada, calculada pelo método linear ao longo do período de vida útil estimado do bem. Esse método assegura uma distribuição uniforme do custo do ativo, refletindo de maneira sistemática e racional a redução de seu valor ao longo do tempo.

Quando um item do imobilizado é considerado inservível, ou seja, quando não há mais expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, ele é baixado do patrimônio. Essa decisão é tomada somente após a exaustão de todas as tentativas de recuperação ou aproveitamento do bem, incluindo a avaliação de possíveis ganhos futuros.

3.8 Provisões

As provisões consistem no reconhecimento de uma obrigação presente decorrente de eventos passados, cuja liquidação resultará em uma saída provável de recursos que incorporam benefícios econômicos. Essas provisões são constituídas com base em estimativas técnicas e critérios estabelecidos pelas normas contábeis, visando assegurar que as demonstrações financeiras reflitam de maneira prudente e realista os riscos e obrigações assumidos pela empresa.

Em decorrência da incorporação de várias sociedades de economia mista do Estado do Maranhão, a Maranhão Parcerias (MAPA) herdou passivos trabalhistas pertencentes a essas entidades. Como resultado, a empresa é parte passiva em diversas ações judiciais na Justiça do Trabalho. No entanto, o valor dessas demandas pode sofrer alterações devido a diversas variáveis, tais como decisões judiciais, acordos extrajudiciais ou mudanças na legislação trabalhista, conforme avaliação da Assessoria Jurídica da empresa. Diante disso, as provisões relacionadas a essas contingências podem ser revisadas e ajustadas periodicamente, de acordo com as circunstâncias e o desenvolvimento dos processos.

3.9 Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar a fornecedores e prestadores de serviços referem-se às obrigações financeiras decorrentes da aquisição de bens ou da contratação de serviços realizados no curso normal das operações da empresa. Essas obrigações são classificadas no passivo circulante quando o pagamento está previsto para ocorrer dentro do período de até um ano.

3.10 Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada por meio do método direto, que apresenta de forma detalhada as entradas e saídas de caixa provenientes das atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Essa demonstração foi preparada em estrita conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, que estabelece as diretrizes para a apresentação e estruturação dessas informações. O CPC 03 (R2) está alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 7 (IASB – BV2010).

3.11 Ajustes de exercícios anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores são realizados para corrigir eventuais incorreções identificadas nos saldos das contas do ativo e do passivo, garantindo que as demonstrações financeiras reflitam de maneira fiel e precisa a situação patrimonial e financeira da companhia. Esses ajustes são efetuados em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, que estabelece as diretrizes para o tratamento contábil de erros identificados em períodos anteriores. O CPC 23 está alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 8, assegurando a harmonização com os padrões globais. A aplicação desses ajustes visa garantir a transparência e a confiabilidade das informações contábeis, além de assegurar a comparabilidade das demonstrações financeiras ao longo do tempo.

3.12 Eventos subsequentes ao encerramento

Ainda no primeiro trimestre de 2026 a empresa irá proceder a integralização do capital aportado por seu ente controlador durante o exercício 2025, o Governo do Estado do Maranhão, no total de R\$ 54.679.217,54 (cinquenta e quatro milhões, seiscentos e setenta e nove mil, duzentos e dezessete reais e cinquenta e quatro centavos), fazendo com que seu capital social seja aumentado para R\$ 543.847.645,04 (quinhentos e quarenta e três milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e quatro centavos).

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA

A conta caixa e equivalentes de caixa é composta pelos valores mantidos em contas bancárias da empresa através de depósitos de clientes e mutuários e aportes oriundos do Tesouro Estadual para aumento de capital da companhia, além de aplicações financeiras de resgate imediato e automático.

	2024	2025
<i>CEF C/C 18623</i>	0,57	0,57
<i>BANCO DO BRASIL C/8.630-4 CONTA D</i>	0,00	0,00
<i>BANCO DO BRASIL C/8644-4 C/SEGOV</i>	0,00	0,00
<i>BANCO DO BRASIL - C/C 8.841-2 AG.: 3846-6</i>	0,00	0,00
<i>BANCO DO BRASIL - C/C 9071-9 (LOTEMA)</i>	0,00	0,00
<i>BANCO DO BRASIL - AG.: 3846-6 - C/C 9829-9 - MAPA CONTA C</i>	0,00	0,00
<i>BANCO DO BRASIL - AG.: 3846-6 - C/C 11075-2 - MAPA CARTAO CORPORATVO</i>	0,00	2.616,87
<i>BANCO DO BRASIL - AG.: 3846-6 - C/C 9828-0 - MAPA CONTA D</i>	0,00	0,00
<i>BANCO DO BRASIL - AG.: 3846-6 - C/C 9830-2 - MAPA RECEITAS</i>	0,00	0,00
<i>BANCO DO BRASIL - AG.: 3846-6 - C/C 10165-6 - MAPA X SEGOV</i>	0,00	0,00
<i>BANCO DO BRASIL AG.: 3846-6, C/C: 10323 MAPA X SEAP</i>	0,00	0,00
<i>BB RF CP AUTOMÁTICO - AG.: 3846-6 C/C: 8630-4</i>	1.292.456,93	613.978,97
<i>CAIXA FACIL RENDA FIXA SIMPLES</i>	15.953,29	17.709,57
<i>BB RF CP AUTOMÁTICO - AG.: 3846-6 C/C: 8644-4</i>	19.997,14	45.188,78
<i>BB RF CP AUTOMÁTICO - AG.: 3846-6 C/C: 8841-2</i>	107.863,39	101.409,98
<i>BB RF CP AUTOMÁTICO - AG.: 3846-6 C/C: 9828-0</i>	25.125,94	1.434.022,12
<i>BB RF CP AUTOMÁTICO - AG.: 3846-6 C/C: 9829-9</i>	585.273,43	136.215,50
<i>BB RF CP AUTOMÁTICO - AG.: 3846-6 C/C: 9830-2</i>	47.867,92	26.536,20
<i>BB RF CP DIFERENCIADA - AG.: 3846-6 C/C.: 9829-9 MAPA CONTA C</i>	2.150.144,96	0,00
<i>BB RF CP DIFERENCIADA - AG.: 3846-6 C/C.: 9830-2 MARANHÃO PARCERIAS</i>	1.498.364,17	1.660.317,95
<i>BB RF CP AUTOMATICA - AG.: 3846-6 C/C.: 11075-2 MAPA CARTÃO CORPORATIVO</i>	0,00	0,03
<i>ESP JGP INST EQ 30 - AG.: 3846-6 - C/C.: 9828-0</i>	4.071.253,92	0,00
<i>S. PUBLICO AUTOMATICO - AG.: 3846-6 C/C: 11075-2</i>	0,29	0,29
<i>BB RF SIMP SOLIDEZ - AG: 3846-6 C/C: 9071-9</i>	7.811.577,91	13.098.828,13
<i>ESP JGP INST EQ 30 - AG.: 3846-6 - C/C.: 9830-2</i>	650.303,27	0,00
<i>BB RF CP AUTOMÁTICO - AG.: 3846-6 C/C: 10165-6 MAPA X SEGOV</i>	0,00	3.470.435,26
<i>BB RF CP AUTOMÁTICO - AG.: 3846-6, C/C: 10323-3 MAPA X SEAP</i>	0,00	459.082,98
	18.276.183,13	21.066.343,20

NOTA 5 – ADIANTAMENTOS

Referem-se a valores adiantados aos empregados da companhia na forma de adiantamentos de férias e décimo terceiro salários, adiantamentos para viagens, valores para custeio de pequenos dispêndios do cotidiano da companhia.

NOTA 6 – MOVIMENTAÇÃO DE SEGUROS SFH

A companhia mantém em sua escrituração contábil saldos referentes a prêmios de seguros habitacionais sobre as unidades de sua propriedade.

NOTA 7 – MOVIMENTAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES AO FCVS

Corresponde aos valores a receber do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS). Atualmente, a companhia está em busca de meios para negociar essa carteira de créditos.

NOTA 8 – PRESTAÇÕES A RECEBER

Correspondem ao saldo devedor dos mutuários que adquiriram unidades habitacionais, registrado pelo preço de custo dessas unidades. Esse saldo representa o valor ainda pendente de pagamento pelos mutuários, refletindo o compromisso financeiro assumido por eles no processo de aquisição dos imóveis.

NOTA 8.1 – Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

A Provisão para Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa, refere-se à expectativa de negociação de prestações em atraso dos mutuários de empreendimentos não beneficiados pela Lei Federal nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e pela Lei Estadual nº 7.705, de 10 de dezembro de 2001. Essas leis autorizaram a liquidação antecipada dos contratos habitacionais firmados até 31 de dezembro de 1987, concedendo descontos de 100% do saldo devedor, desde que os mutuários pagassem o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do total das prestações em atraso, limitado a R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Em razão desses benefícios legais, os empreendimentos contemplados pelas referidas leis não foram incluídos na provisão, uma vez que os mutuários tiveram a oportunidade de regularizar suas dívidas em condições facilitadas. Por outro lado, os demais conjuntos habitacionais, que não se enquadram nessas legislações, foram avaliados quanto ao risco de inadimplência, resultando na constituição da provisão para cobrir possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa.

NOTA 9 – CRÉDITOS COM FGTS E SEGURADORAS

Referem-se a recursos a receber do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), administrado pela Caixa Econômica Federal (CEF), decorrentes de contratos firmados com cobertura desse fundo. Assim como ocorre com

a carteira do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, os saldos residuais dessa carteira imobiliária serão objeto de negociação pela empresa. No momento, não há expectativa quanto ao prazo máximo de conversão desses valores em recursos para a companhia, uma vez que dependem de acordos ou liquidações futuras.

Em relação aos valores a receber de seguradoras, correspondem a créditos decorrentes de indenizações por morte e invalidez permanente, os quais foram reclassificados como realizáveis de longo prazo. Essa classificação foi realizada com base na estimativa de que a conversão desses valores em recursos financeiros para o caixa da companhia deverá ocorrer em um horizonte temporal superior aos dois próximos exercícios.

NOTA 10 – FCVS A RECEBER

Refere-se aos créditos em favor da companhia relacionados ao Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), gerados a partir da liquidação de unidades habitacionais por meio de novação, decurso de prazo ou variações salariais, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e pela Lei Estadual nº 7.705, de 10 de dezembro de 2001. Esses créditos representam valores a serem recebidos pela empresa em decorrência das operações realizadas no setor habitacional.

Atualmente, a companhia está em busca de meios para negociar sua carteira de créditos do FCVS com instituições financeiras do setor imobiliário.

NOTA 12 – IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão registrados como impostos a recuperar os créditos da companhia junto ao Fisco Federal, decorrentes de pagamentos comprovadamente a maior do INSS no período compreendido entre abril de 2019 e outubro de 2022. Diante disso, optou-se pelo reconhecimento desses créditos em uma conta específica no ativo da empresa, enquanto são realizados os procedimentos para a retificação das declarações e o consequente aproveitamento dos valores referentes ao período mencionado.

Parte dos créditos apurados foi utilizada para compensação do INSS devido pela empresa, enquanto os demais foram objeto de pedidos de restituição formalizados junto à Receita Federal por meio de PER/DCOMP, tendo, até o presente momento, sido restituído o valor líquido de R\$ 658.004,12 (seiscentos e cinquenta e oito mil, quatro reais e doze centavos), devidamente atualizados de acordo com a variação da taxa SELIC do período. Os demais pedidos encontram-se atualmente em análise pelo órgão competente, aguardando a conclusão do processo de restituição.

NOTA 13 – ESTOQUES

Os estoques da companhia, apurados com base no custo médio ponderado, são compostos por materiais de uso e consumo e materiais de expediente, que permanecem registrados até a efetiva utilização. No momento do uso, seus valores são transferidos para contas de custos ou despesas homônimas no resultado da companhia. Além desses itens, também são contabilizados como estoques os bens adquiridos para o imobilizado da empresa, os quais permanecem nessa classificação até o início de sua utilização. A partir desse momento, são incorporados ao imobilizado e passam a ter sua depreciação acumulada calculada pelo método linear, refletindo a redução sistemática de seu valor ao longo da vida útil estimada.

A utilização do custo médio ponderado assegura uma distribuição equilibrada dos custos, enquanto a depreciação pelo método linear proporciona uma visão consistente e realista do valor dos ativos ao longo do tempo.

NOTA 14 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores correspondem a créditos a receber das empresas incorporadas, registrados com base nos balanços de incorporação, pelo seu valor original. Esses créditos refletem as obrigações financeiras assumidas pelas empresas incorporadas, que foram devidamente contabilizadas no momento da integração ao patrimônio da Maranhão Parcerias.

Além desses créditos, também estão registrados os valores a receber de clientes para os quais a empresa presta serviços de gerenciamento da ferramenta de mobilidade urbana dos Órgãos Estaduais (por meio da ferramenta TAXIGOV/MA) e de gerenciamento do contrato de vigilância eletrônica monitorada à distância. Esses serviços representam atividades estratégicas da companhia, que contribuem para a eficiência operacional e a segurança dos órgãos públicos estaduais envolvidos.

	2024	2025
<i>Adiant.Fornec.Serv.-US</i>	10.100,00	10.100,00
<i>Contas Corrent.Deved.-US</i>	837,10	837,10
<i>SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO</i>	5.894,89	63.417,44
<i>COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO-CAEMA</i>	366.470,77	886.893,44
<i>SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SECMA</i>	87.210,28	658.550,22
<i>EMPRESA MARANHENSE DE SERVICOS HOSPITALARES - EMSERH</i>	3.142,36	119.457,26
<i>INSTITUTO DE COLONIZACAO E TERRAS DO MARANHÃO-ITERMA</i>	4.232,18	4.232,18
<i>ESTADO DO MARANHÃO - SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DA ECONOMIA SOLIDARIA</i>	41.262,32	97.810,86
<i>AGENCIA ESTADUAL DE MOBILIDADE URBANA E SERVICOS PUBLICOS - MOB</i>	0,00	280.132,89
<i>AGENCIA EXECUTIVA METROPOLITANA</i>	0,00	10.750,16
<i>AGENCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUARIA DO MARANHÃO</i>	0,00	31.989,11
<i>FUNDACAO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE</i>	0,00	210.256,34
	519.149,90	2.374.427,00

NOTA 15 – DEVEDORES POR REPASSES DE CONVÊNIOS

Correspondem a valores provenientes de convênios firmados entre as empresas incorporadas pela Maranhão Parcerias, os quais, até o momento, não foram integralmente revertidos ao caixa da companhia. Em caso de recebimento, ou a critério da administração ele seja considerado como não passível de recebimento, procederemos a devida baixa do saldo contábil.

NOTA 16 – VALORES TRANSITÓRIOS

Referem-se aos valores a serem repassados aos parceiros prestadores de serviços no âmbito do Programa de Mobilidade Urbana dos Órgãos e Entidades do Estado do Maranhão – TAXIGOV/MA. Esses valores representam obrigações assumidas pela companhia em decorrência da execução do programa, sendo registrados de forma contábil como contrapartida à conta “Créditos a Repassar”, classificada no passivo da companhia.

NOTA 17 – DESPESAS ANTECIPADAS

Foram escriturados os valores referentes ao Imposto Territorial/Predial Urbano (IPTU), cobrado pela Prefeitura de São Luís sobre as unidades imobiliárias de propriedade da MAPA, mas que estão em posse dos mutuários. Esse registro contábil assegura que as obrigações fiscais relacionadas aos imóveis sejam devidamente reconhecidas, mesmo quando a posse física é transferida aos mutuários.

NOTA 18 – TÍTULOS, VALORES MOBILIÁRIOS E DEPÓSITOS

A conta em questão destina-se ao registro de bloqueios judiciais que estão em fase de questionamento ou análise pela Assessoria Jurídica da companhia. Esses bloqueios representam valores que podem estar sujeitos a decisões judiciais pendentes, cuja resolução ainda não foi definitivamente concluída.

Caso a decisão judicial seja desfavorável à empresa, os valores bloqueados são reconhecidos no resultado do período, atuando como um redutor do lucro ou, em situações de prejuízo, como um aumentativo do prejuízo.

NOTA 19 – IMOBILIZADO

O valor registrado corresponde ao custo de aquisição dos bens, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada por meio do método linear, que aplica taxas proporcionais ao tempo de vida útil do bem, conforme estimativas técnicas e critérios estabelecidos. Essas taxas são definidas de maneira a respeitar os limites máximos permitidos pela legislação do Imposto de Renda, assegurando a conformidade fiscal e a correta alocação do custo ao longo do período de utilização do ativo.

NOTA 20 – INVESTIMENTOS

A empresa possui 20% (vinte por cento) de participação societária na empresa MAPA DIGITAL SPE, CNPJ nº 61.702.802/0001-38, cujo capital social é R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais). Além disso, no exercício em tela houve a reincorporação de um imóvel localizado à Rua Portugal, Centro, São Luís (MA), avaliado em R\$ 548.000 (quinhentos e quarenta e oito mil reais), conforme relatório técnico, ao patrimônio da companhia.

O referido imóvel havia sido dado em garantia em processo trabalhista envolvendo uma das empresas incorporadas pela MAPA e ao final da ação a justiça entendeu que o bem deveria voltar ao seu proprietário original. Como há a expectativa de receitas futuras com o bem, optou-se pela classificação contábil como bens imóveis mantidos para negociações futuras ao invés de imobilizado.

NOTA 21 – FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS

Refere-se ao reconhecimento das obrigações assumidas pela companhia relacionadas à aquisição de bens e serviços essenciais para a sua operação. Essas obrigações são devidamente escrituradas de forma nominal, com o registro do valor devido, após a dedução das contribuições retidas na fonte, quando aplicável, conforme determina a legislação vigente. Essa prática garante que todas as transações sejam contabilizadas de maneira precisa e transparente, refletindo os valores líquidos a serem pagos aos fornecedores ou prestadores de serviços.

FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS	2024	2025
<i>A C M LAGO</i>	0,00	3.184,50
<i>ATLANTA TURISMO LTDA</i>	0,00	43.842,84
<i>EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS</i>	0,00	147,54
<i>CONVENIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA</i>	89.631,47	89.631,47
<i>WIKI TELECOMUNICACOES EIRELI</i>	0,00	318,43
<i>ELO CONSULTORIA EMPRESARIAL E PRODUCAO DE EVENTOS LTDA</i>	0,00	3.577,63
<i>EQUATORIAL MARANHAO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A</i>	0,00	24.091,22

<i>CSA CONSULTORIA E SISTEMAS ABERTOS LTDA</i>	0,00	10.962,50
<i>J J REFRIGERACOES E SERVICOS LTDA</i>	0,00	12.611,28
<i>LOCADORA CONTE EIRELI</i>	0,00	33.498,34
<i>ZENNI LTDA</i>	0,00	435,95
<i>VEROCHEQUE REFEICOES LTDA</i>	0,00	228.200,00
<i>AMERICAN COMERCIO E SERVICOS LTDA ME</i>	0,00	278.638,94
<i>ICP ELEVADORES SERVICOS E COMERCIO LTDA</i>	0,00	1.000,00
<i>CINTIA TEREZA LIMA PIRES</i>	0,00	12.340,93
<i>IP SERVICOS E LOCACOES LTDA</i>	0,00	4.005,61
<i>GRUPO LA PAZ EMPREENDIMENTOS LTDA</i>	0,00	32.749,20
<i>E P L SERVICOS E COMERCIO LTDA</i>	0,00	1.455,85
<i>UNO1OP MARANHAO SPE LTDA</i>	0,00	40.005,12
<i>NOVA INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA</i>	0,00	153.451,50
<i>MAXTEC SERVICOS GERAIS E MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA</i>	0,00	21.025,40
<i>EQUIPAR LOCACAO DE EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA</i>	0,00	80.218,68
<i>J.V DE C SABINO</i>	0,00	4.706,51
<i>KCM SERVICOS ESPECIALIZADOS DE LIMPEZA LTDA</i>	0,00	955.025,32
	89.631,47	2.035.124,76

NOTA 22 – CONVÊNIO E TRANSFERÊNCIAS

Referem-se ao reconhecimento de valores a pagar a conveniados e parceiros públicos-privados no âmbito dos Programa Mãos à Obra e Convênios firmados entre a Maranhão Parcerias S.A e Secretaria de Estado da Administração Penitenciária do Maranhão.

NOTA 23 – IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E CONSIGNAÇÕES A RECOLHER

Este grupo contábil representa os empréstimos consignados obtidos pelos empregados junto a instituições financeiras integrantes do sistema bancário nacional. Tais empréstimos têm seus descontos realizados diretamente na folha de pagamento e a MAPA é responsável pelo repasse dos valores descontados às instituições financeiras concessionárias dos créditos.

Além disso, neste grupo também são contabilizadas as contribuições para a seguridade social e os impostos retidos, seja sobre a folha de pagamento dos empregados ou sobre as notas fiscais emitidas por prestadores de serviços. Nesse contexto, a Maranhão Parcerias atua como fiel depositária, assumindo a responsabilidade pela retenção e repasse desses valores aos órgãos competentes, como a Receita Federal e a Previdência Social.

NOTA 24 – OBRIGAÇÕES RELATIVAS A EMPREGADOS

A conta em questão destina-se ao registro de todas as obrigações relacionadas aos pagamentos efetuados aos empregados, abrangendo não apenas os salários básicos, mas também vantagens, benefícios e valores decorrentes de rescisões de contratos de trabalho. Além disso, inclui a remuneração dos membros da diretoria executiva, conselheiros e colaboradores que ocupam cargos em comissão.

Outro aspecto relevante registrado nesta conta são os ressarcimentos de salários referentes a funcionários cedidos por meio de cessão onerosa por outros órgãos ou entidades.

NOTA 25 – PRÊMIOS DE SEGUROS A PAGAR

Trata-se do registro de prêmios de seguros habitacionais faturados por seguradoras, cujos valores ainda se encontram pendentes de liquidação. Esses prêmios estão incluídos nas prestações mensais pagas pelos mutuários e têm como objetivo principal cobrir eventuais danos materiais aos imóveis, bem como, perdas decorrentes de morte ou invalidez dos segurados.

NOTA 26 – PARCELAMENTO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA

Os valores em questão referem-se ao parcelamento da Dívida Ativa da União, assumido pela MAPA ao término do exercício de 2024. A negociação foi consolidada em um prazo total de 60 (sessenta) meses, com condições acordadas que permitiram a diluição dos pagamentos ao longo desse período.

Para fins contábeis, as parcelas com vencimento de até 12 (doze) meses foram classificadas como obrigações de curto prazo, sendo registradas no Passivo Circulante do balanço patrimonial. Já as parcelas com vencimento superior a esse prazo foram classificadas como obrigações de longo prazo, alocadas no Passivo Não Circulante.

NOTA 27 – VALORES CREDITORES E TRANSITÓRIOS

Trata-se de receitas diferidas adquiridas na forma de antecipação de outorgas pagas por empresas interessadas na operacionalização da Loteria Estadual do Maranhão (LOTEMA), que consiste no serviço público de loteria gerenciado e fiscalizado pela Maranhão Parcerias, visando a captação de recursos por intermédio da concessão de jogos lotéricos, com o objetivo de apoiar as políticas públicas que beneficiem os maranhenses, gerando milhares de empregos diretos e indiretos.

NOTA 28 – OUTROS EXIGÍVES DE CURTO E LONGO PRAZO

Os encargos mencionados referem-se aos custos associados à negociação da Dívida Ativa da União, assumida pela empresa ao término do exercício. Para fins de classificação contábil, os encargos relacionados às parcelas com vencimento de até 12 (doze) meses foram reconhecidos no Passivo Circulante, refletindo obrigações de curto prazo. Já os encargos correspondentes às parcelas com prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses foram classificados no Passivo Não Circulante, em conformidade com as normas contábeis vigentes e os princípios de segregação adequada das obrigações financeiras da empresa.

NOTA 29 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota 29.1 – Capital Social

O capital social da empresa está representado por 2.539.163.173 (dois bilhões, quinhentos e trinta e nove milhões, cento e sessenta e três mil, cento e setenta e três) ações, divididas entre ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal e totaliza, atualmente, R\$ 489.168.428,50 (quatrocentos e oitenta e nove milhões, cento e sessenta e oito mil, quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos), destes o Governo do Estado do Maranhão detém o controle acionário de 99,74% (noventa e nove vírgula setenta e quatro por cento) do total. Essa concentração de capital evidencia o controle majoritário do Governo do Estado sobre a empresa, com participação quase total nas decisões estratégicas e administrativas.

<i>ACIONISTA</i>	<i>TIPO DE AÇÃO</i>	<i>QUANTIDADE</i>	<i>%</i>
<i>Governo do Estado do Maranhão</i>	<i>Ações ordinárias nominativas</i>	<i>2.491.642.728</i>	<i>98,10%</i>
<i>Outros</i>	<i>Ações ordinárias nominativas</i>	<i>152.619</i>	<i>0,01%</i>
<i>Governo do Estado do Maranhão</i>	<i>Ações preferenciais</i>	<i>40.997.833</i>	<i>1,64%</i>
<i>Outros</i>	<i>Ações preferenciais</i>	<i>6.369.993</i>	<i>0,25%</i>
<i>TOTAIS</i>		<i>2.539.163.173</i>	<i>100,00%</i>

Nota 29.2 – Lucros ou Prejuízos Acumulados

A empresa registrou um resultado deficitário no período, o qual foi adequadamente transferido ao seu patrimônio líquido por meio da conta de prejuízos acumulados. Além disso, houve a baixa da conta "Ajustes de Exercícios Anteriores", que foi utilizada para a retificação de erros de lançamentos identificados no exercício corrente. Essa prática está em conformidade com as disposições do CPC 23, Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, assegurando a transparência e a adequação das demonstrações financeiras. As alterações decorrentes desses ajustes foram devidamente evidenciadas e detalhadas nas notas explicativas, garantindo a

fidedignidade das informações contábeis e a correta representação da situação patrimonial da empresa. Tais medidas reforçam o compromisso da organização com a adoção das melhores práticas contábeis e a observância das normas vigentes.

Nota 29.3 – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Refere-se aos valores aportados pelo ente controlador na companhia, aumentando-se assim a cotação das ações ordinárias nominativas e preferenciais de sua propriedade.

NOTA 30 – RECEITAS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS

Representativo da arrecadação própria da Maranhão Parcerias oriunda da taxa de gerenciamento de projetos, rendimentos de aplicações no mercado aberto, negociações de unidades habitacionais e terrenos, bem como locação de imóveis de propriedade desta. Há, também, entre as receitas operacionais o resultado auferido em operações de conta alheia, que correspondem a valores inerentes a contratos firmados entre parceiros público-privados e órgãos da administração direta e indireta do Estado do Maranhão, dos quais a MAPA figura como intermediadora e responsável pelo gerenciamento e fiscalização do fiel cumprimento do contrato.

RECEITAS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	2024	2025	VARIAÇÃO (%)
<i>Receitas na gestão de créditos</i>	80.436,17	68.907,01	-14%
<i>Receitas de comercialização</i>	980.905,97	653.737,93	-33%
<i>Receitas de locação</i>	136.590,70	141.050,83	3%
<i>Receitas de intermediação em negócios de terceiros</i>	519.596,21	579.705,62	12%
<i>Receitas vinculadas a projetos de terceiros</i>	1.716.674,35	6.136.439,28	257%
	3.434.203,40	7.579.840,67	121%



NOTA 31 – RESULTADO FINANCEIRO

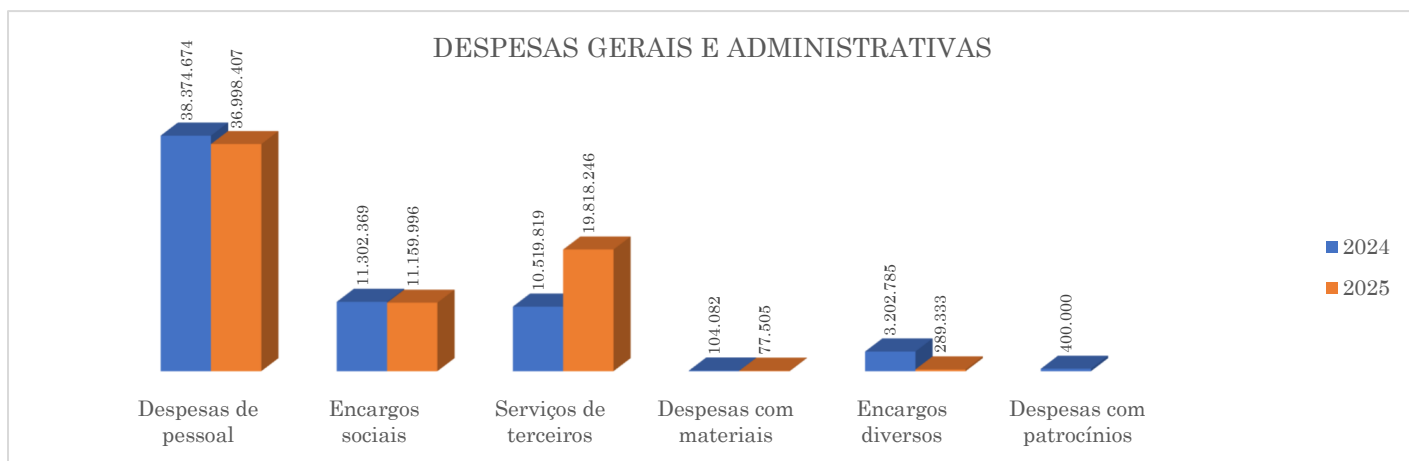
O resultado financeiro é resultante do confronto entre as despesas financeiras com as receitas de mesma espécie e se mostra superavitário nos 2 (dois) últimos exercícios.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	2024	2025
Receitas financeiras	1.658.217	2.460.275
(-) Despesas financeiras	413.862	76.816
	1.244.355	2.383.459

NOTA 29 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

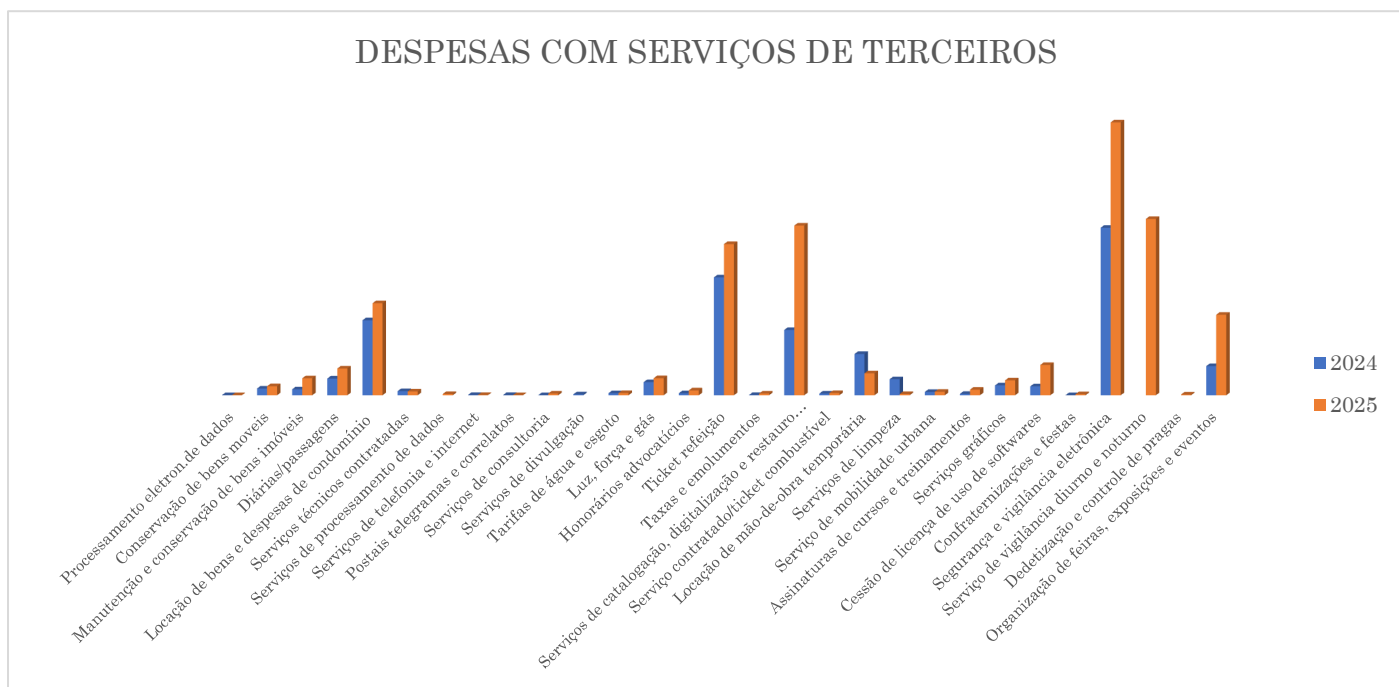
A companhia incorreu em despesas operacionais no valor de R\$ 68.343.486,93 (sessenta e oito milhões, trezentos quarenta e três mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e noventa e três centavos), que representa aumento global de 6,95% com relação ao período anterior, quando o total apurado foi de R\$ 63.903.728,74 (sessenta e três milhões, novecentos e três mil, setecentos e vinte e oito reais e setenta e quatro centavos), distribuídos entre as seguintes categorias principais:

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	2024	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	2025	ANÁLISE VERTICAL
<i>Despesas de pessoal</i>	38.374.674	60,05%	-3,59%	36.998.407	54,14%
<i>Encargos sociais</i>	11.302.369	17,69%	-1,26%	11.159.996	16,33%
<i>Serviços de terceiros</i>	10.519.819	16,46%	88,39%	19.818.246	29,00%
<i>Despesas com materiais</i>	104.082	0,16%	-25,53%	77.505	0,11%
<i>Encargos diversos</i>	3.202.785	5,01%	-90,97%	289.333	0,42%
<i>Despesas com patrocínios</i>	400.000	0,63%	-100,00%		
TOTAL - R\$	63.903.729	100,00%	6,95%	68.343.487	100,00%



NOTA 29.1 – Serviços de terceiros

As despesas gerais e administrativas registraram um aumento percentual global de 6,95% em comparação com o período anterior. Esse incremento foi impulsionado, principalmente, pelo aumento nos serviços tomados de terceiros, que sozinho apresentou aumento de 88,41%. Dentre esta categoria de despesas destaca-se os principais pontos quanto ao aumento e as reduções:



Além do aumento de despesas já existentes, onde a maioria apresentou variação aumentativa entre 2024 e 2025, durante o exercício houve a assinatura do contrato de serviço de vigilância diurno e noturno firmado com a KCM SERVICOS ESPECIALIZADOS DE LIMPEZA LTDA, que consiste no fornecimento de mão-de-obra para a COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO-CAEMA.

NOTA 30 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Este grupo é destinado ao reconhecimento de ressarcimentos referentes a despesas com funcionários cedidos a outros órgãos da administração pública, assegurando a correta alocação e compensação dos custos envolvidos nesses processos.

RAFAEL DE CARVALHO BORGES
.933.-06
Diretor-presidente

HENRIQUE MORAES BOGEA
.309.-82
Diretor Administrativo-Financeiro

ANÍBAL VERRI PINHEIRO
.689.-63
Diretor de Parcerias e Negócios Imobiliários

HERNAIRA HELENA DO BONFIM LOIOLA
.604.-33
Diretor de Negócios Mobiliários e Serviços

FERNANDO AUGUSTO COELHO DE ARAUJO LOUSEIRO
.675.-04
Diretor de Loterias

GLERISSON ARAUJO GOMES
CRC N° 12485/O-3
Contador